



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
"José Gomes da Silva" – Fundação ITESP

CONCURSO PÚBLICO

019. PROVA OBJETIVA

ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO – FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno contendo 50 questões objetivas e o caderno de redação.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos nas capas dos cadernos e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir os cadernos, verifique se estão completos ou se apresentam imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração das provas objetiva e de redação é de 4 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de redação, a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **08**.

O equilibrista bêbado

Girar pratos constitui um tradicional ato circense, no qual um malabarista mantém um grande número de pratos girando sobre varetas. Frequentemente, o ato é combinado com acrobacias e sequências humorísticas. Girar pratos é também uma conhecida metáfora para o trabalho gerencial. Muitos executivos, quando interrogados sobre sua rotina, respondem com a frase: “continuo tentando manter os pratos no ar”.

Colin Price, diretor da consultoria McKinsey & Company, em Londres, fez eco ao senso comum: publicou, há alguns meses, um artigo na revista da empresa, sugerindo que liderança se tornou, de fato, a arte de girar pratos. O consultor refere-se aos paradoxos característicos da vida nas organizações e à necessidade de os executivos buscarem posições de equilíbrio, nem sempre triviais.

Sua principal premissa é que a forma racional para buscar melhores resultados nas organizações, com foco em questões financeiras e operacionais, com metas, pode não ser a maneira mais eficaz. Não deixa de parecer irônico, dado sua empresa ter construído um impressionante portfólio de clientes com a venda justamente desse tipo de abordagem. Price parece ter descoberto que, embora gostemos de ver as empresas como manifestações da racionalidade, a realidade frequentemente nos mostra que ações e decisões corporativas são comumente marcadas pela imprevisibilidade e pela excentricidade do comportamento humano.

A sugestão de Price é abraçar a condição paradoxal da vida corporativa e buscar situações de equilíbrio. Assim como os malabaristas tentam manter seus pratos no ar, os executivos devem tentar direcionar esforços para incentivar os comportamentos capazes de alinhar as organizações com as suas maiores prioridades.

O consultor identifica grandes paradoxos da vida corporativa. Dois deles merecem destaque. O primeiro envolve mudanças e estabilidade. Toda empresa que deseja sobreviver precisa manter-se no passo de mudança de seu ambiente. Frequentemente, isso implica realizar alterações na estratégia, reformar estruturas, renovar quadros e acelerar o desenvolvimento e o lançamento de produtos. No entanto, o excesso de mudanças causa estresse e gera resistência. Mais sensato é procurar o equilíbrio entre mudança e estabilidade, com respeito aos limites das pessoas e dos processos.

O segundo paradoxo envolve controle e autonomia. Toda organização necessita de normas e processos. Algumas empresas, entretanto, por incapacidade gerencial, operam em um vácuo de regras. Tornam-se erráticas e caóticas, tomando decisões ao sabor do momento. Por outro lado, o excesso de controle condena os funcionários à condição de meros executores. Como as bandas de jazz, as empresas precisam de regras básicas para operar, de forma que cada profissional possa, no momento correto, improvisar e criar.

A mensagem de Price tem méritos. De fato, para enfrentar os desafios do dia a dia, os executivos devem reconhecer que sua atividade é permeada por contradições. Infelizmente, muitos parecem agir como equilibristas bêbados. Sobra-lhes desinibição e falta-lhes consciência. Se trabalhassem “sóbrios”, talvez fossem capazes de reconhecer a real natureza de sua tarefa e manter todos os pratos no ar.

(Thomaz Wood Jr., www.cartacapital.com.br, 07.07.2013. Adaptado)

- 01.** A comparação entre a gestão de negócios e a arte de girar pratos, estabelecida no texto, diz respeito ao fato de que os executivos precisam
- (A) saber agir com constância e manter-se inflexíveis em suas convicções, primando pela estabilidade acima de tudo.
 - (B) atuar em diversas frentes e balancear diferentes demandas, em um contexto marcado por contradições.
 - (C) aceitar o fato de que é imprescindível permanecer em constante e acelerada mudança, ignorando as resistências.
 - (D) combater e anular os paradoxos que podem surgir em suas organizações, buscando preservar a produtividade.
 - (E) antecipar os possíveis entraves ao crescimento, em um ambiente em que é impossível definir prioridades e traçar metas.
- 02.** De acordo com o autor, a opinião de Colin Price acerca da relação entre liderança e a arte de girar pratos parece irônica, porque o consultor descreve o meio empresarial como
- (A) hostil e difícil de ser administrado com base em pressupostos humanistas.
 - (B) caótico, denunciando falhas de gestão no interior da empresa que representa.
 - (C) excêntrico e, portanto, impermeável à análise de empresas de consultoria.
 - (D) menos conturbado do que o que vinha sendo divulgado pela mídia londrina.
 - (E) mais influenciado pela irracionalidade do que a McKinsey & Company costumava defender.
- 03.** O termo destacado em – O consultor refere-se aos paradoxos característicos da vida nas organizações e à necessidade de os executivos buscarem posições de equilíbrio, nem sempre **triviais**. – tem o sentido de
- (A) exequíveis.
 - (B) justificadas.
 - (C) decorosas.
 - (D) convencionais.
 - (E) heterodoxas.

04. As expressões destacadas em – A sugestão de Price é **abraçar** a condição paradoxal da vida corporativa e **buscar** situações de equilíbrio. – estão, correta e respectivamente, substituídas, sem alteração de sentido e seguindo as regras de regência da norma-padrão da língua portuguesa, por:

- (A) acatar sobre a ... ir em busca ante
- (B) acatar pela ... ir em busca nas
- (C) acatar na ... ir em busca para
- (D) acatar da ... ir em busca a
- (E) acatar a ... ir em busca de

Releia o penúltimo parágrafo para responder às questões de números 05 e 06.

O segundo paradoxo envolve controle e autonomia. Toda organização necessita de normas e processos. Algumas empresas, entretanto, por incapacidade gerencial, operam em um vácuo de regras. Tornam-se erráticas e caóticas, tomando decisões ao sabor do momento. Por outro lado, o excesso de controle condena os funcionários à condição de meros executores. Como as bandas de jazz, as empresas precisam de regras básicas para operar, de forma que cada profissional possa, no momento correto, improvisar e criar.

05. Considere as frases e a relação de sentido que estabelecem no parágrafo:

- (a) Algumas empresas, entretanto, por incapacidade gerencial, operam em um vácuo de regras.
- (b) Tornam-se erráticas e caóticas, tomando decisões ao sabor do momento.

É correto afirmar que as frases (a) e (b) estabelecem, entre si, uma relação de

- (A) tempo e modo.
- (B) causa e consequência.
- (C) conformidade e condição.
- (D) alternância e proporção.
- (E) comparação e concessão.

06. No contexto da argumentação do parágrafo, marcada pelo contraste entre ideias, a comparação com as bandas de jazz serve para destacar a importância de haver equilíbrio entre

- (A) investimento e infraestrutura.
- (B) planejamento e imprevisibilidade.
- (C) talento e criatividade.
- (D) ordem e profissionalismo.
- (E) conhecimento e técnica.

07. No trecho do último parágrafo – De fato, para enfrentar os desafios do dia a dia, os executivos **devem** reconhecer que sua atividade é permeada por contradições. –, a forma verbal em destaque expressa uma

- (A) recomendação.
- (B) dúvida.
- (C) comparação.
- (D) estimativa.
- (E) hesitação.

08. Considere as frases:

- Muitos executivos, quando interrogados sobre sua rotina, respondem com a frase: “continuo tentando manter os pratos no ar”. (primeiro parágrafo)
- Se trabalhassem “sóbrios”, talvez fossem capazes de reconhecer a real natureza de sua tarefa e manter todos os pratos no ar. (último parágrafo)

É correto afirmar que as aspas sinalizam, em “continuo tentando manter os pratos no ar” e “sóbrios”, respectivamente,

- (A) a ironia na fala de um personagem e uma palavra inventada pelo autor.
- (B) o título de uma obra e uma palavra com sentido pejorativo.
- (C) uma expressão com sentido irônico e uma palavra de língua estrangeira.
- (D) uma citação e uma palavra empregada com sentido figurado.
- (E) uma dúvida e uma palavra que não condiz com a opinião do autor.

09. Assinale a alternativa em que a concordância segue a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) O estresse e a resistência são, comumente, gerado pelo excesso de mudanças.
- (B) Orientar-se por normas são algo essencial para qualquer organização.
- (C) São necessárias regras básicas para que as empresas possam operar eficazmente.
- (D) Existe vários méritos na mensagem de Colin Price.
- (E) Alguns executivos esbanjam desinibição, mas não dispõe de consciência.

10. Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas, seguindo as normas de uso do acento indicativo de crase.

Price defende _____ ideia de que a forma racional para chegar _____ melhores resultados nas organizações pode não equivaler _____ maneira mais eficaz.

- (A) a ... a ... à
- (B) a ... à ... à
- (C) à ... à ... à
- (D) à ... à ... a
- (E) a ... à ... a

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

- 11.** Assinale a alternativa correta a respeito dos princípios da Administração Pública.
- (A) Em relação ao princípio da legalidade, aplicável igualmente ao particular, pode-se afirmar que a Administração Pública pode fazer tudo o que a lei não proíbe.
 - (B) Tendo em vista o princípio da impessoalidade, a lei veda à Administração Pública, em qualquer hipótese, contratar obras e serviços diretamente, sem o procedimento licitatório.
 - (C) A violação do princípio da moralidade pelo administrador público enseja a propositura da ação popular, que pode ser proposta pelo cidadão ou pelo Ministério Público.
 - (D) Atos de improbidade administrativa que atentem contra os princípios da Administração Pública podem acarretar a cassação dos direitos políticos do infrator.
 - (E) O princípio da eficiência autoriza que a Administração Pública possa exonerar o servidor público estável em razão de insuficiência de desempenho.
- 12.** Na hipótese de a Administração Pública constatar que editou um ato administrativo com vício que o torna ilegal, ela deverá
- (A) anular o ato, com base no princípio da autotutela.
 - (B) revogar o ato, com base no princípio da moralidade.
 - (C) postular a anulação do ato perante o Judiciário, uma vez que somente este pode anular um ato administrativo.
 - (D) aguardar o prejudicado requerer a revogação do ato.
 - (E) revogar o ato, com base no princípio da indisponibilidade, na hipótese de ter prejudicado terceiros.
- 13.** Assinale a alternativa que contempla apenas órgãos da Administração Indireta.
- (A) Secretaria da Fazenda e Gabinete do Governador.
 - (B) Ministério Público e autarquia.
 - (C) Empresa pública e sociedade de economia mista.
 - (D) Secretaria da Educação e Fundação ITESP.
 - (E) Delegacia de Polícia e agências reguladoras.
- 14.** Considerando o regime jurídico das fundações, é correto afirmar que
- (A) possuem personalidade jurídica atribuída a um patrimônio preordenado, afeto a um fim social, visando à percepção de lucro, submetidas a um regime de direito privado.
 - (B) podem ser instituídas pela iniciativa privada ou podem ter o poder público como seu instituidor, sempre dotadas de autonomia administrativa.
 - (C) podem ser instituídas pelo poder público quando este pretender intervir no domínio econômico e atuar na mesma área de mercado em competição com o particular, mas sempre na defesa do interesse público.
 - (D) o seu nascimento se dá com o registro do decreto que criou a fundação no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
 - (E) as fundações governamentais sujeitam-se à responsabilidade civil na modalidade subjetiva, em obediência aos princípios constitucionais da Administração Pública.
- 15.** No que tange aos privilégios tributários que a Constituição Federal prevê em favor das fundações públicas, é correto afirmar que estas possuem imunidade tributária quanto
- (A) às taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.
 - (B) às contribuições de melhoria, decorrentes de obras públicas.
 - (C) a qualquer tipo de imposto, desde que sejam reconhecidas como entidades de utilidade pública pelo Governo Federal.
 - (D) aos impostos sobre a sua renda, o seu patrimônio e os seus serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
 - (E) a todos os tributos relacionados a suas atividades previstos na Constituição Federal.
- 16.** Tendo em vista o regime jurídico dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.
- (A) A Administração Pública tem a prerrogativa de executar seus atos e decisões diretamente sobre o particular, sem a intervenção do Poder Judiciário.
 - (B) O ato discricionário é de competência da Administração Pública, mas pode ser submetido ao crivo do Poder Judiciário, que tem poderes para examinar o seu mérito.
 - (C) O ato administrativo vinculado é aquele que permite à Administração Pública examinar a conveniência e oportunidade do serviço público quando da sua edição.
 - (D) O direito brasileiro não admite a convalidação de atos administrativos.
 - (E) Os atos administrativos são irrevogáveis.

17. É um exemplo de ato administrativo discricionário:

- (A) concessão de uma licença em favor do administrado para desenvolver uma atividade lícita.
- (B) admissão do particular em escolas ou universidades públicas.
- (C) deferimento de licença para dirigir veículos automotores.
- (D) concessão de gozo de licença-prêmio requerida pelo servidor público.
- (E) concessão de aposentadoria ao servidor quando este completa 70 anos.

18. São ambos princípios aplicáveis aos processos administrativos:

- (A) verdade sabida e formalismo processual.
- (B) publicidade e pessoalidade.
- (C) verdade material e garantismo.
- (D) disciplina e tipicidade.
- (E) contraditório e informalismo procedimental.

19. Considerando a doutrina prevalente acerca da classificação dos direitos humanos fundamentais, é correto afirmar que é exemplo de liberdade positiva o direito

- (A) de ir e vir.
- (B) à vida.
- (C) à saúde.
- (D) à propriedade.
- (E) à segurança pessoal.

20. Conforme dispõe a Lei n.º 12.527/2011, o pedido de acesso à informação

- (A) deve ser feito, exclusivamente, por meio de acesso a sítio na internet criado especialmente para essa finalidade.
- (B) relativo à informação disponível, deve ser atendido de imediato pelo respectivo órgão ou entidade pública.
- (C) pode ser feito por qualquer interessado, sem que seja necessário identificar-se.
- (D) de interesse público, pode ser condicionado ao atendimento de exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação.
- (E) ficará condicionado ao recolhimento da taxa devida pela prestação do serviço público.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A Constituição Estadual de São Paulo, ao tratar da Política Agrícola, Agrária e Fundiária, estabelece que

- (A) o Estado compatibilizará a sua ação na área agrícola e agrária para garantir as diretrizes e metas do Programa Nacional de Reforma Agrária.
- (B) a ação de órgãos oficiais atenderá aos imóveis que cumpram a função social da propriedade e aos médios produtores rurais, preferencialmente.
- (C) a concessão real de uso de terras públicas far-se-á por meio de escritura pública, na qual constarão, além de outras, cláusulas definidoras da obrigatoriedade da exploração das terras, de modo pessoal, pelo beneficiário, para cultivo que atenda ao plano nacional de ação fundiária.
- (D) o Estado, mediante decreto estadual, criará um Conselho de Desenvolvimento Rural.
- (E) caberá ao Poder Público organizar o abastecimento alimentar, assegurando, preferencialmente, as condições para a produção de alimentos da fruticultura tropical.

22. Aos imóveis rurais desapropriados para fins de reforma agrária, a Constituição Federal de 1988 prevê que

- (A) são isentas de impostos federais e municipais as operações de transferência que os envolvam.
- (B) cabe à lei ordinária estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumaríssimo, para o procedimento judicial de desapropriação.
- (C) as benfeitorias úteis e voluptuárias serão indenizadas em dinheiro.
- (D) o orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício financeiro.
- (E) o decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União, mediante prévia aprovação do Congresso Nacional, a propor a ação de desapropriação.

23. O cumprimento da função social da propriedade rural ocorre quando ela atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, dentre outros, o seguinte requisito:

- (A) cooperativismo.
- (B) aproveitamento racional e adequado.
- (C) habitação para o trabalhador rural.
- (D) exploração que favoreça o incentivo à pesquisa e à tecnologia.
- (E) observância das disposições que regulam os instrumentos creditícios e fiscais.

24. A Lei n.º 10.207/99, que cria a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, ITESP, dispõe que a Fundação

- (A) terá por objetivo planejar e executar as políticas agrária e fundiária no âmbito do Estado.
- (B) gozará de autonomia jurídica.
- (C) ficará isenta de tributos federais e municipais.
- (D) é constituída pelos órgãos denominados Conselho da Agricultura Familiar e Diretoria Administrativa.
- (E) fornecerá, à Secretaria da Fazenda e à Secretaria do Meio Ambiente, os documentos necessários ao controle de resultados e de legitimidade.

25. “Mas o que significa promover o homem? Considerando-se a estrutura do homem em seus aspectos característicos, cabe responder que promover o homem significa torná-lo capaz de conhecer cada vez melhor os elementos de sua situação para intervir nela, transformando-a no sentido de uma ampliação da liberdade, da comunicação e colaboração entre os homens. Trata-se, pois, de uma tarefa que deve ser realizada, o que nos permite perceber a função da valoração e dos valores na vida humana.”

(Demerval Saviani, *Ética, Educação e Cidadania*. REVISTA n.º 15. <http://portalgens.com.br/portal/images/stories/pdf/saviani.pdf>)

Assinale a alternativa correta segundo o texto.

- (A) O texto refere-se à pedagogia reprodutivista.
- (B) O texto refere-se à pedagogia da escola nova.
- (C) O texto refere-se à pedagogia tecnicista.
- (D) O texto refere-se à pedagogia histórico-crítica.
- (E) O texto refere-se à pedagogia tradicional.

26. “A educação social está fortemente marcada pelo ressurgimento e revalorização do **trabalho social/ serviço social**, uma conquista dos trabalhadores sociais. Além do mais, hoje, a educação social tem alargado seu campo de atuação abrangendo a inclusão digital, a segurança alimentar e social, o desenvolvimento local, a convivência social (gestão de conflitos), a acessibilidade urbana e outros campos que têm a ver com o bem viver das pessoas.”

(Moacir Gadotti, *Educação Popular, Educação Social, Educação Comunitária*: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v2/13.pdf>)

Nesse texto, o autor está se referindo à

- (A) Educação classista.
- (B) Educação social.
- (C) Educação escolar-formal.
- (D) Educação para o trabalho.
- (E) Educação técnica.

27. “Negando realizar-se apenas como trabalho escolar (aquilo que começa na alfabetização e termina em um supletivo, ou em um curso eficaz de ‘qualificação’ de mão de obra) a *educação popular* é mais um modo de presença assessora e participante do educador comprometido, do que um projeto próprio de educadores a ser realizado sobre pessoas e comunidades populares.”

(Carlos Rodrigues Brandão, *O que é educação popular*. http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/o_que_ed_popular_Brand%C3%A3o.pdf)

Segundo o texto, a educação popular tem como princípio:

- (A) trabalho escolar supletivo.
- (B) educador com projeto próprio.
- (C) assessoria para a qualificação da mão de obra.
- (D) o educador técnico.
- (E) o educador participante.

28. O enfoque construtivista e sócio-interacionista aplicado à prática extensionista tem como objetivo(s):

- (A) exercício da participação e autopromoção.
- (B) desenvolvimento da individualidade.
- (C) desenvolvimento da pesquisa científica.
- (D) promoção de conhecimentos acadêmicos.
- (E) exercício da livre iniciativa.

29. “Sendo assim, práticas que podem ser denominadas tradicionais mesclam-se com iniciativas pedagógicas que se assemelham pontualmente à pedagogia libertadora de Paulo Freire. Assim como afirmamos no capítulo anterior que há imbricação da educação formal e não formal no assentamento, talvez seja possível afirmar que os limites entre a pedagogia tradicional e a pedagogia libertadora, na prática, não possam ser demarcados com a precisão constatada nos estudos teóricos acerca das respectivas correntes pedagógicas.”

(Edvaneide B. da Silva, *Educação e Reforma agrária: práticas educativas de assentamentos do Sudoeste paulista*. São Paulo; Xamã: 2004)

Assinale a alternativa correta segundo o texto.

- (A) A pedagogia libertadora de Paulo Freire concebe apenas a educação não formal.
- (B) A educação formal e não formal aproximam a pedagogia tradicional e a pedagogia libertadora.
- (C) Nos assentamentos, a pedagogia tradicional e a pedagogia libertadora são posturas excludentes.
- (D) As práticas pedagógicas tradicionais são essencialmente práticas libertadoras.
- (E) A pedagogia libertadora se expressa na educação formal nos assentamentos.

30. A metodologia de aprendizagem chamada *Problem Based Learning* (situação-problema como elemento motivador), tem como três de seus elementos:

- (A) situações motivadoras, unicidade do conhecimento do professor, currículo seriado.
- (B) o contexto do aluno, currículo escolar, manual de ensino.
- (C) o contexto do aluno, situações motivadoras e temas do currículo.
- (D) temas do currículo, livro didático, situações-problema.
- (E) contexto escolar, livro didático, conhecimento do professor.

31. “Não tem mais sentido a separação arbitrária entre ciências da natureza, da vida, da pessoa, da sociedade. Todas são momentos de interação de complexos transdisciplinares de conhecimentos. De saberes e sistemas interativos, de saberes que apenas operam em planos específicos de um real, ele mesmo a ser tomado como uma totalidade indivisa de estruturas, processos e interações.”

(Carlos Rodrigues Brandão, *Entre Paulo e Boaventura: Algumas aproximações entre o saber e a pesquisa*. Proposta n.º 113 – *Revista trimestral de Debates da FASE*. Campinas, 2007)

De acordo com o texto, o autor está se referindo a

- (A) conhecimento científico e ciências da natureza.
- (B) ciência e saber tecnológico.
- (C) conhecimento científico e saber popular.
- (D) saber científico e método.
- (E) conhecimento técnico e saber erudito.

32. Assinale a alternativa que aponta objetivos da prática extensionista.

- (A) Através da educação, transformar as famílias rurais em produtores urbanos por meio de metodologias participativas.
- (B) Pela educação informal, capacitar o camponês para a prestação de serviços na cidade.
- (C) Equiparar a produção camponesa à produção industrial.
- (D) Através da educação, promover a inclusão da população rural aos programas de desenvolvimento local e/ou nacional.
- (E) Permitir a mobilidade do trabalhador no eixo campo-cidade.

33. A concepção de educação continuada leva em conta ações educativas no sentido de aumentar a participação em processos de ampliação dos direitos humanos. Assinale a alternativa que contempla um aspecto desse objetivo.

- (A) Ensino profissionalizante.
- (B) Aprimoramento da educação formal.
- (C) Interação de diversos universos educativos.
- (D) Formação especializada.
- (E) Aprofundamento do conhecimento técnico.

34. “A partir da década de 1970, com a concepção ‘Mulher e Desenvolvimento’, foi investido em programas e projetos marcadamente ‘integrativos e economicistas’, com enfoque na mulher, mas que não resolveram nem a condição da mulher, muito menos das classes trabalhadoras. A partir dos anos 1980, adotam a concepção ‘Gênero e Desenvolvimento’, tendo como enfoque a relação entre homens e mulheres na linha do desenvolvimento equitativo e sustentável, através da identificação e solução das necessidades práticas das mulheres para melhorar as condições de vida. Na década de 1990, o enfoque passa a ser o ‘Planejamento na ótica de gênero’, tendo como ênfase a redistribuição econômica com equidade de gênero.”

(MMTR/RS, *Gênero, Classe e Projeto Popular: compreender mais para lutar melhor*. Caderno de Formação n.1. Passo Fundo; Gráfica Batistel: 2001)

Assinale a alternativa correta de acordo com o texto.

- (A) A questão de gênero entrou no debate dos modelos de desenvolvimento apenas a partir dos anos 90.
- (B) A organização das mulheres está ligada a causas políticas e ideológicas na perspectiva do desenvolvimento sustentável.
- (C) A prática das mulheres não teve papel importante na defesa de melhores condições de vida.
- (D) Planejamento na ótica de gênero contempla a concentração econômica equitativa.
- (E) A questão de gênero não está ligada à luta de classes.

35. “Para a realização desta pesquisa foi necessária significativa aproximação entre pesquisadora e assentados, pois o trabalho foi elaborado de modo participativo e cooperativo entre as partes.”

(Rafaela Aparecida Silva, *Levantamento Sócio-Ambiental do Acampamento “Elisabete Teixeira”*, Limeira/SP: subsídio ao incentivo de práticas agroecológicas – Curso de Ecologia/IB/UNESP – Rio Claro, 2009)

De acordo com o texto, o tipo de metodologia de pesquisa mencionado é:

- (A) Pesquisa-ação demonstrativa.
- (B) Pesquisa individualizada.
- (C) Pesquisa alternada.
- (D) Pesquisa-ação participativa.
- (E) Pesquisa de amostragem ampla.

36. “Considerando que a pesquisa propõe atitude processual de investigação diante do desconhecido e dos limites que a natureza e a sociedade nos impõem, fica claro que, através delas, a avaliação leva em conta o envolvimento, a participação, a produção do conhecimento, o progresso, a caminhada e a qualidade no processo educativo. Provas e questionários passam a ter o mesmo peso que qualquer outra produção do aluno, seja esta individual ou coletiva...”

(S. C. D. Almeida; E. M. L. Portilho, *Avaliando a aprendizagem e o ensino com pesquisa no Ensino Médio*. Ensaio: aval. pol. públ. Educ.(on line). Rio de Janeiro, v. 16, n. 60, p. 469-488, jul./set. 2008)

De acordo com o texto, essa forma de avaliação se refere a

- (A) avaliação quantitativa e processual.
- (B) avaliação por mérito escolar.
- (C) avaliação formativa, processual e participativa.
- (D) avaliação formativa, gradativa e qualitativa.
- (E) avaliação individual participativa.

37. O termo empoderamento na perspectiva freireana está relacionado a

- (A) conscientização e subordinação político-social.
- (B) emancipação e apropriação social.
- (C) conscientização e ascensão social.
- (D) conscientização e emancipação político-social.
- (E) emancipação e institucionalização.

38. Assinale a alternativa que corresponde a uma das concepções da pesquisa participante.

- (A) Transfere conhecimentos sistematizados para orientar as práticas da população-alvo.
- (B) Adota classificações que permitem separar pesquisador e pesquisado.
- (C) Faz análises a partir de conceitos previamente formulados e de dados secundários.
- (D) Reafirma o distanciamento entre os termos na relação sujeito-objeto.
- (E) Reconhece os saberes e práticas da população analisada na pesquisa.

39. “A ‘cobrança’ da permanência e continuidade dos ‘jovens’ no campo como valorização e possível reversão do quadro de esvaziamento do meio rural – recorrente em algumas pesquisas recentes sobre o tema e no âmbito das políticas públicas – deve problematizar esse olhar que percebe no *jovem* o ator heroico da transformação social. A mudança dessa realidade e da situação de desigualdade social que atinge ‘jovens’ e ‘velhos’ demandam ações coletivas e políticas públicas de longo alcance que gerem transformações mais profundas na realidade brasileira.”

(Elisa Guaraná Castro, Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. *Revista Latinoamericana de Ciências Sociales, Niñez y Juventud* – vol. 7, n. 1 enero-junio 2009. Colombia)

De acordo com o texto, assinale a alternativa correta.

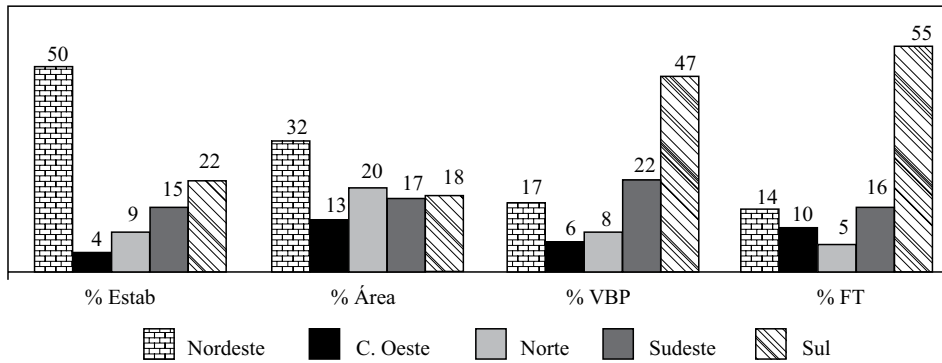
- (A) O jovem no campo representa o ator heroico da transformação social.
- (B) A desigualdade social que atinge jovens e velhos gera transformações no campo.
- (C) A permanência dos jovens no campo cria desigualdade social.
- (D) O esvaziamento do meio rural demanda pesquisas atualizadas.
- (E) A permanência dos jovens no campo implica em transformações na realidade social.

40. Os Programas do Ministério do Desenvolvimento Agrário – “Nossa Primeira Terra” e “Pronaf-Jovem” – têm como objetivos proporcionar aos jovens do campo:

- (A) acesso à terra, mobilidade e trabalho urbano.
- (B) acesso à terra, crédito e educação.
- (C) acesso à educação de jovens e adultos.
- (D) acesso ao crédito minha casa, minha vida.
- (E) acesso ao crédito educativo.

41.

Gráfico 1: Brasil – Agricultores Familiares – Part. perc. das regiões no número de estab. familiares, área, VBP e financiamento total



(C.H. Guanziroli & S.E. de C.S. Cardim, *Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto*. FAO/INCRA. Brasília, 2000)

De acordo com o gráfico, assinale a alternativa correta.

- (A) A participação percentual dos agricultores familiares da região Norte é a menor em área ocupada e valor bruto da produção.
- (B) A participação percentual dos agricultores familiares da região Nordeste é a maior em número de estabelecimentos e captação de financiamentos.
- (C) A participação percentual dos agricultores familiares da região Sul é a maior em captação de financiamentos e valor bruto da produção.
- (D) A participação percentual dos agricultores familiares da região Sudeste é a maior em área ocupada e menor em valor bruto da produção.
- (E) A participação percentual dos agricultores familiares da região Centro-Oeste é a menor em número de estabelecimento e captação de financiamentos.

42.



(MDA/SAF/ Instituto Via Pública/Projeto Nutre SP: análise da inclusão da agricultura familiar na alimentação escolar no estado de São Paulo. 2012)

De acordo com o mapa, assinale a alternativa correta.

- (A) Organização da agricultura familiar para contribuição com o mercado institucional.
- (B) Organização do agronegócio na região de articulação do Projeto NUTRE SP.
- (C) Organização do PNAE na região metropolitana e para o abastecimento nacional.
- (D) Organização das escolas estaduais beneficiadas pelo Projeto NUTRE SP.
- (E) Organização da agricultura familiar para contribuição com o mercado varejista.

43. Na estrutura do Ministério de Desenvolvimento Agrário, o setor responsável pelo desenvolvimento rural sustentável é
- (A) o INCRA.
 - (B) a ANA.
 - (C) o CONDRAF.
 - (D) o CDES.
 - (E) a EMATER.
44. O Pronaf prevê três modalidades de investimentos:
- (A) crédito rural, capacitação e infraestrutura.
 - (B) comercialização, recursos municipais e financiamento da monocultura.
 - (C) pagamento de serviços, contratação de mão de obra e capacitação.
 - (D) crédito rural, infraestrutura e investimento financeiro.
 - (E) capacitação, crédito rural e industrialização.
45. Assinale a alternativa que define corretamente uma perspectiva agroecológica para a prática agrícola.
- (A) Os biofertilizantes e o reflorestamento com espécies nativas são restringidos nos assentamentos.
 - (B) Adubos verdes e curvas de nível contribuem para o esgotamento do solo.
 - (C) Os biofertilizantes e adubos verdes não têm comprovação de eficácia na agricultura.
 - (D) Controle biológico de pragas e biofertilizantes previnem o solo contra a degradação.
 - (E) As formas alternativas de agroecologia são onerosas à pequena produção.
46. “Assim é que, desde o momento em que passa a participar do sistema de relações homem-natureza, seu trabalho assume este aspecto amplo em que a capacitação técnica dos camponeses se encontra solidária com outras dimensões que vão mais além da técnica mesma. Esta indeclinável responsabilidade do agrônomo, que o situa como um verdadeiro educador, faz com que ele seja um (entre outros) dos agentes da mudança. Daí que sua participação no sistema de relações camponeses-natureza-cultura não possa ser reduzida a um *estar diante*, ou a um *estar sobre*, ou a um *estar para* os camponeses, pois que deve ser um *estar com* eles, como sujeitos da mudança também. Esta responsabilidade não é exclusiva do agrônomo-educador nem dos educadores em geral, mas sim de todos quantos, de uma ou de outra maneira, estão dando sua contribuição ao esforço de reforma agrária.”
- (Paulo Freire, *Extensão ou Comunicação?* Rio de Janeiro; Paz e Terra: 1975)
- Assinale a alternativa correta de acordo com o texto.
- (A) O técnico educador tem pequena chance de se colocar como agente de mudança.
 - (B) O técnico se isola do universo em que se encontra como homem.
 - (C) A capacitação técnica dos camponeses se encontra restrita à própria técnica.
 - (D) O agrônomo educador deve tomar os camponeses como sujeitos da mudança.
 - (E) Não é responsabilidade do agrônomo dar sua contribuição ao esforço da reforma agrária.
47. A administração do Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS), segundo o que estabelece a Lei n.º 14.591/11, caberá a uma Comissão Gestora, que deverá ser integrada pelos representantes, dentre outros, da
- (A) Fundação Prefeito Vaz de Vasconcelos (CEBAN).
 - (B) Secretaria do Meio Ambiente.
 - (C) Secretaria de Minas e Energia.
 - (D) Coordenadoria de Gestão Social Integral.
 - (E) Casa Civil.
48. Constitui objetivo do PPAIS (Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social), dentre outros:
- (A) obter a melhoria das condições sociais da agricultura familiar.
 - (B) efetivar a articulação integrada de órgãos setoriais responsáveis pela produção.
 - (C) favorecer a aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar nas compras feitas por entidades públicas federais e municipais.
 - (D) estimular a produção da agricultura familiar, contribuindo para a prática de preços adequados e ampliação do mercado de consumo.
 - (E) fomentar o incremento de material biodegradável para a produção dos produtos da agricultura familiar.

49. A Lei n.º 14.750, de 27 de abril de 2012, que alterou a Lei n.º 11.600, de 19 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a regularização de posse em terras devolutas da 10.ª Região Administrativa do Estado, estabelece que:

- (A) em áreas de terras devolutas estaduais não superiores a 10 módulos fiscais, vigentes na data da publicação desta Lei, situadas nos Municípios da 10.ª Região Administrativa do Estado, cujas posses não sejam passíveis de legitimação ou outorga de permissão de uso, pode-se aplicar o instituto da regularização da posse, na forma estabelecida nesta Lei.
- (B) a Fazenda Estadual poderá renunciar da discriminação das áreas não superiores a 17 módulos fiscais, mediante arbitragem judicial homologada em autos apartados das respectivas ações discriminatórias.
- (C) considera-se regularização de posse a alienação onerosa ao ocupante, pessoa física ou jurídica, que mantiver, sem oposição, posse efetiva por prazo mínimo e ininterrupto de cinco anos.
- (D) para fins de regularização de posse, entende-se como posse efetiva, para a pessoa física, a morada permanente e a exploração de 50% da área correspondente a um módulo rural.
- (E) é vedada a regularização de área cujo ocupante tenha sido beneficiado anteriormente à edição desta Lei, por regularização de outra área devoluta que, subtraída à ocupada na 10.ª Região Administrativa, exceda a vinte módulos fiscais.

50. Para os fins da Lei n.º 11.600/03, que dispõe sobre a regularização de posse em terras devolutas da 10.ª Região Administrativa do Estado e dá outras providências correlatas, são terras devolutas reservadas:

- (A) as necessárias à implantação de estabelecimento privado municipal e estadual.
- (B) as adjacentes às quedas d'água passíveis de aproveitamento industrial em instalações hidráulicas ou na produção de energia hidroelétrica.
- (C) as que contenham minas e fontes de águas minerais passíveis de utilização humana, excluindo os terrenos adjacentes necessários à sua exploração.
- (D) as que constituam margens de rios não navegáveis, compreendidas em uma faixa de 10 metros, contados a partir das enchentes ordinárias.
- (E) as necessárias à consecução de qualquer outro fim de interesse público ou privado, devidamente caracterizado em Lei.

